



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

mpv - 451

00003

data
18/12/2008

Proposição
Medida Provisória nº 451/08

Autor
DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW - PMDB/PR

nº do prontuário

1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	--	-------------------------------------	---

Página

Artigo 20

Parágrafo 2º

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o parágrafo 2º do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, inserido pelo art. 20 da Medida Provisória nº 451, de 2008.

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 24/12/08 às 10:10
/ estagiário

JUSTIFICATIVA

Conforme se desvela, em termos práticos, o texto da MP veda o reembolso de DAMS (despesas de assistência médica e suplementares), cujo atendimento seja realizado por credenciados ao SUS, produzindo efeitos, a partir da data de sua publicação.

Em termos práticos, credenciados ao SUS, sejam médicos ou hospitais, ao efetuarem atendimentos à acidentados, somente poderiam ser remunerados pelo SUS.

A alteração levada a efeito, em análise perfunctória, sugere ser inconstitucional. Demonstra estar em desarmonia com os princípios da isonomia e da livre iniciativa, dentre outros. Ainda, não se mostra crível que tal alteração seja realizada via MP, haja vista inexistir os pressupostos de urgência e relevância para tanto, o que pode ser enfrentado, para tanto, no Congresso Nacional, nos termos do artigo 62 da Carta da República.

Assim, por conta do tempo exíguo, o que me escuso, de não aprofundar no tema, referida alteração trazida pela MP 451, poderá ser submetida ao controle de constitucionalidade do Judiciário, seja por ADIN, a ser promovida por quem de direito, ou então, individualmente por quem for prejudicado.

Em 2006 foram registrados 35.155 óbitos por ATT, sendo 28.670 (82%) em homens e 6.475 (18%) em mulheres. A faixa etária mais atingida foi a de 15 a 59 anos (83%). Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimam que o custo dos acidentes rodoviários no Brasil chega a R\$ 22 bilhões por ano, somando gastos médicos, hospitalares, de perda de renda, remoção e recuperação de veículos, administrativos, judiciais e previdenciários. Desse total, cerca de R\$ 9,8 bilhões são custos médicos e hospitalares, pagos pelo Ministério da



Saúde.

A CNSeg – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais que sucede a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG comemora a publicação da MP e em discurso pelo seu presidente eleito, João Elízio Ferraz de Campos, após a publicação da MP, destacou publicamente que a medida resultará em R\$ 260 milhões de economia para o setor. Em contrapartida, desembolso de montante equivalente acabará sendo realizado pelo Sistema Único de Saúde, ou seja, acrescentará este ônus ao Ministério da Saúde.

Ainda, o texto da MP deverá ser discutido no Congresso Nacional, para fins da sua conversão. É a oportunidade política.

Prosseguindo, destaco alguns artigos da Constituição, que a meu ver, colidem com o texto da MP.

Do princípio da livre iniciativa

O artigo 1º e o artigo 170 da CF/88 garantem o princípio da livre iniciativa, da livre concorrência.

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)



VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei."

Do Princípio da Isonomia

Entendo ainda, que há conflito com o princípio da isonomia, pois, o fato de ser credenciado ao SUS, não impede o prestador de fazê-lo de forma particular. É um juízo de oportunidade e conveniência existente entre o paciente e o prestador. Daí que entendo existir conflito com o princípio da isonomia, vez que, aquele que é prestador fica impossibilitado de exercer sua profissão ou atividade, bem como o segurado (paciente), não possui o livre arbítrio de escolher a forma de atendimento, ou melhor, quem de fato poderá prestar-lhe o atendimento.

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;"

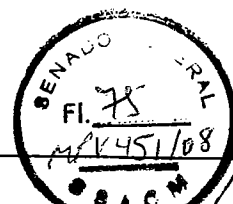
Nesse sentido ainda, a saúde é dever do Estado. A iniciativa privada participa de forma complementar. Evidentemente que se o paciente optar pelo atendimento SUS o hospital deverá fazê-lo. Agora, obrigar o paciente de trânsito, de forma indireta, a receber tal atendimento, parece-me extrapolar o direito de ir e vir.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Da conversão da MP em LEI



Segue para comodidade de entendimento, o artigo 62 da CF/88 que regulamenta as MPs. Como dito, será necessária a sua conversão no congresso, motivo bastante para expor os apontamentos trazidos.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

I - relativa a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) direito penal, processual penal e processual civil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

III - reservada a lei complementar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente,



em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

PARLAMENTAR


ANDRÉ ZACHAROW
DEPUTADO FEDERAL - PMDB/PR

